

OPINIÃO

Poupança pública positiva

O ministro interino da Fazenda, Amaury Bier, anunciou que, neste ano, a poupança do setor público será positiva. Poupança pública é a diferença entre receitas e despesas, descontando destas os investimentos. Houve época em que os investimentos públicos eram cobertos unicamente com as receitas – situação certamente mais sadia – embora esse resultado fosse obtido “graças” à inflação, que aumentava as receitas nominais mais do que as despesas, cujo montante a Lei de Meios fixava de modo rígido.

Em 1994, a poupança pública, graças à inflação, chegou a corresponder a 6% do PIB, enquanto o superávit primário

do setor público superou 5% do PIB. Em 1998, o país teve uma despoupança equivalente a 4% do PIB e um superávit primário praticamente nulo. Em 2000, estima-se que a poupança pública será ligeiramente inferior a 1% do PIB, com um superávit primário superior a 3%.

A vantagem de se dispor de poupança pública positiva é poder reduzir o déficit das transações correntes, cujo saldo mede, justamente, o déficit da poupança interna (inclusive da poupança do setor privado). Mas essa possível melhora do saldo do déficit de transações correntes não é uma decorrência automática, pois pode

ter havido aumento do endividamento do setor privado.

O professor Mario Henrique Simonsen costumava lembrar que um déficit de transações correntes, num limite razoável, era um fator positivo, à medida que representava uma contribuição da poupança externa ao crescimento econômico do País. Investimentos cujo retorno é demorado, mas que, a longo prazo, têm efeito positivo, devem ser financiados com poupança alheia, tanto no caso de uma empresa privada como no do setor público, já que, com isso, aumenta a capacidade de realizar investimentos de curto prazo, especialmente na área social. Não se deve esque-

cer que, de modo geral, a poupança externa é mais barata de que a interna.

Com um déficit de transações correntes de 3,75% do PIB, no mês de agosto, o Brasil conseguiu melhorar sua posição (o déficit era de 4,5% do PIB, em dezembro de 1999). Seria desejável que o déficit não ultrapassasse 3% do PIB, para reduzir a vulnerabilidade externa, uma vez que a entrada de investimentos estrangeiros diretos nem sempre poderá cobri-lo. A poupança pública positiva ajuda, mas não resolve todos os problemas. As reformas tributária e da lei das S/A contribuiriam bastante para a formação da poupança interna.